

Aprovação do orçamento e da reforma administrativa marca início do Governo Pimentel

As contas do Estado de Minas Gerais

Os quatro primeiros meses de mandato do governo mineiro, instalado em 1º de janeiro de 2015, transcorreram sem um orçamento aprovado pelo Poder Legislativo. Muitas restrições de gastos marcaram esse período, já que, em tal condição, o governo esteve limitado ao custeamento da máquina pública, sem a possibilidade de fazer investimentos. Enquanto se conduziam as negociações para que, finalmente, o orçamento fosse votado na Assembleia Legislativa, o governo teve esses meses para tratar de entender as reais condições das contas públicas no estado.

Como o breve período de transição – entre governos de partidos cuja rivalidade se arrasta há décadas – foi tenso e marcado por várias polêmicas, só depois da posse é que o novo governo pôde, de fato, ter noção mais exata das contas estaduais. Esse escasso conhecimento da máquina pública e de seu funcionamento pode estar implicado no fato de que há uma grande diferença entre o discurso feito antes e depois da eleição.

Os mecanismos que deveriam permitir o acompanhamento das contas públicas pelos cidadãos e pelos partidos políticos que disputam cargos eletivos parecem não ser suficientes. Ao assumir o cargo, é comum que o partido vitorioso não tenha ainda as informações necessárias para começar a implantar seu plano de governo. Sem estar devidamente informados, os candidatos fazem em suas campanhas discursos muitas vezes considerados vazios, já que desconhecem muito do que seria indispensável para fazerem propostas eficazes.

Tal ignorância poderia ser vista como um problema estrutural, decorrente da falta de transparência na máquina pública. Há quem diga, porém, que isso não descartaria que ela seja devida ao preparo técnico e político inadequado dos partidos e candidatos que disputam e, eventualmente, vencem uma eleição.

O fato é que se tem visto, em várias eleições, uma mudança no tom do discurso dos partidos antes e depois da vitória eleitoral. Desse modo, as promessas de campanha têm se convertido depois, já na posição de governantes, em explicações para o adiamento da execução do programa de governo, por mais justificáveis que possam ser tais razões.

No entanto, também a presidente Dilma Rousseff tem sido acusada de estar adotando medidas contrárias ao que ela anunciava durante a campanha por sua reeleição. Independentemente da maior ou menor legitimidade dessa queixa, já se pode suspeitar de que o conhecimento da máquina talvez não seja o único elemento em questão quando se analisa a relação entre discurso pré-eleitoral e prática de governo. Pode-se dizer que não existem atualmente mecanismos que obriguem o mandatário a cumprir o que prometeu quando era candidato.

No atual cenário do governo de Minas Gerais, não obstante todas as promessas feitas no período eleitoral no ano passado, já está claro que, pelo menos dentro de 2015, não há possibilidade de se conseguir dinheiro, além do previsto regularmente, para fazer novos investimentos. O anúncio feito pelo

governador, no início do mês de maio, de que, ainda em 2015, serão retomadas 340 obras que haviam sido paralisadas por falta de recursos só foi possível graças a um empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 1 bilhão. Esse crédito já foi objeto de uma acalorada desavença entre tucanos e petistas durante a transição entre os dois governos no ano passado. A falta de prestação de contas relativa à primeira parte do empréstimo e pendências judiciais tinham levado à suspensão da liberação desse valor no final de 2014, mas, segundo informações divulgadas na imprensa, agora o dinheiro estaria assegurado.

A primeira medida, anunciada desde o início do mandato, foi promover uma auditoria, buscando conhecer aquilo que os petistas vêm chamando de “herança maldita”, após mais de uma década em que seu principal adversário – o PSDB – esteve no Executivo estadual.

Tal auditoria parece ter, de partida, um caráter político, na medida em que ela pode servir de registro das condições que o novo governo encontrou ao tomar posse. Por meio dela, está sendo demarcado o início (e também as supostas diferenças) das realizações dos atuais mandatários. Ela pode ter posto à disposição de Fernando Pimentel (PT) e de seu partido informações que serão indispensáveis em campanhas eleitorais futuras, caso decidam disputar a reeleição ou outro cargo no final deste mandato.

Ao mesmo tempo, essa auditoria pode ser usada para blindar o Partido dos Trabalhadores de futuras cobranças que seus adversários venham a fazer, alegando, eventualmente, que Pimentel não tenha cumprido seus compromissos de campanha. Analistas políticos têm avaliado que o PT provavelmente guardará para si informações a respeito das gestões anteriores, mantendo-as como cartas na manga e delas se servindo quando se mostrarem oportunas política e/ou eleitoralmente. É possível que tais informações

entrem em debate já nas eleições municipais de 2016, em particular na capital mineira.

No entanto, além desse entrincheiramento político, por meio do qual o governador parece estar ficando as bases para angariar forças e, em melhores condições, disputar espaço político, a auditoria representaria, conforme afirma o governo, um papel gerencial importante no conhecimento das condições financeiras do estado e teria se tornado um requisito para o planejamento de receitas e custos.

Outras avaliações feitas internamente pelo governo levam à conclusão de que, no contexto atual, há uma possibilidade de que ocorra diminuição das receitas, já que a arrecadação de impostos está em baixa, dadas as dificuldades econômicas por que passa o país. A probabilidade maior é de que as receitas se mantenham estagnadas, mas não se descarta essa possibilidade de que sofram queda. Não se veem no horizonte outras fontes de recursos. Por essa razão, não restaram muitas opções ao governo senão melhorar seu conhecimento (do ponto de vista financeiro) da máquina estadual. Também para isso lhe serviu a auditoria, que se tornou uma espécie de radiografia para decidir onde e como tomar medidas de controle interno e a economia de gastos, com o mínimo de percalços econômicos e gerenciais possível.

Entre as medidas tomadas, destaca-se o contingenciamento de R\$ 1 bilhão que, no orçamento, estavam destinados ao custeio dos serviços prestados pelo estado. Isso significa que o dinheiro não está sendo liberado e que, portanto, tem sido necessária uma contenção forçada dos gastos ordinários dos órgãos e secretarias. Vale notar que a moderação de despesas tem impacto direto também nos serviços prestados aos cidadãos. Se, por um lado, o ajuste dos gastos públicos é necessário, há que se considerar que, por vezes, isso significa que não se farão, nos serviços, melhorias indispensáveis.

Além do controle mais rigoroso, o governo afirma que está sendo feito um recadastramento dos 520 mil servidores. Segundo consta, nesse número já estariam incluídos os servidores aposentados. Tem sido dito que o objetivo dessa ação é rever cargos e gratificações incompatíveis, bem como detectar a existência de funcionários falecidos, cujos nomes possam equivocadamente ainda continuar presentes na folha de pagamento. Investiga-se também, nesse processo, a existência de funcionários que recebam salários sem trabalhar. A expectativa anunciada pela Controladoria Geral e pela Secretaria de Planejamento e Gestão é de que essa observação mais detalhada produza uma economia de 5% na folha de pagamento, reduzindo um pouco os atuais R\$ 2,2 bilhões mensais.

Somadas à economia que o governo fez forçosamente quando, por falta de um orçamento aprovado, ficou reduzido aos gastos mais indispensáveis, essas medidas teriam, segundo informa o próprio governo, o objetivo de chegar ao déficit zero até o início de 2016. Nas peças publicitárias divulgadas na mídia, no mês de maio, os atuais mandatários alegam ter recebido o estado, da gestão anterior, com um rombo de R\$ 7 bilhões.

Esse número é contestado pelo PSDB, segundo o qual as dificuldades atuais seriam consequência da política macroeconômica conduzida pelos petistas no plano federal. Argumenta também que a situação não é tão dramática como diz o Governo Pimentel, já que uma importante agência internacional de classificação de risco manteve o grau de investimento de Minas Gerais. Isso significaria que, não obstante a adversidade econômica, até fora do país haveria um reconhecimento de que o estado tem a capacidade de controlar suas despesas e seus gastos com investimentos.

Não é razoável desconhecer que o discurso do governo não é neutro. Contudo, a explicação dada pelos antigos mandatários também não estaria interessada apenas em

uma descrição fiel dos fatos. Trata-se, antes, de uma demarcação política numa disputa que já se tornou lugar comum reconhecer como acirrada. Governo e opositores seguem usando, segundo sua conveniência, o jogo de informação e contrainformação.

Contudo, merece atenção esse paralelo entre a situação de Minas Gerais e a conjuntura econômica nacional, embora não exatamente da maneira sugerida pelos tucanos. No final de maio, o governo federal fez um corte orçamentário de R\$ 69,9 bilhões. Mais de um terço desse valor resulta da redução dos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC. Isso implica que a parceria que se esperava entre os governos estadual e federal para realizar várias obras em Minas Gerais pode não se viabilizar.

Trata-se de um conjunto de projetos que inclui a ampliação do Anel Rodoviário, a expansão do metrô e a duplicação da Rodovia 381. Além da importância objetiva que essas obras têm, elas foram adquirindo, ao longo dos últimos anos, um valor simbólico e começaram a fazer parte do discurso de candidatos em sucessivas campanhas eleitorais. Já foram objeto de intensa disputa nas eleições de 2014 e há indicativos de que estarão em pauta na campanha de 2016.

Embora a lista de obras seja mais ampla, pelo menos essas três listadas acima se destacam porque a presidente Dilma Rousseff e o governador Fernando Pimentel, durante a campanha eleitoral do ano passado, se comprometeram a realizá-las. Caso não haja nenhum movimento que indique sua concretização, ambos podem ficar em uma situação de ter de explicar ao eleitor da região metropolitana de Belo Horizonte as razões pelas quais as obras não foram feitas. Nesse caso, os petistas passariam a ter nas mãos um problema que beneficiaria os partidos de oposição.

No entanto, se forem capazes de ao menos iniciar tais obras, elas se constituirão em um trunfo importante nas campanhas muni-

cipais, trazendo de volta o mote (já usado, em alguma medida, no ano passado) do alinhamento de governos do mesmo partido. A campanha trataria de demonstrar ao eleitor as vantagens de se dar ao PT também o governo municipal, já que este já detém a Presidência da República e o Governo do Estado. Em se concretizando esse cenário, os petistas teriam uma vantagem competitiva sobre seus adversários.

A população segue em compasso de espera pelo cumprimento do que foi prometido. Parece haver, particularmente entre os movimentos sociais, uma sensação de que o governo ainda não começou. Eles reclamam da falta de algo que distinga efetivamente um governo do Partido dos Trabalhadores que fez sua campanha eleitoral prometendo, entre outras coisas, um governo mais participativo. Embora não se possa afirmar, de antemão, que a resposta para essa crítica já esteja a caminho, deve-se destacar que, no

mês de junho, o governador assinou um decreto em que se criam fóruns regionais de governo.

O ato tem sido celebrado pelo governo como uma forma de favorecer a participação popular nas decisões governamentais e na elaboração e condução de políticas públicas. Ainda de acordo com o discurso oficial, a participação das diversas regiões do estado no processo em que se decidem quais ações serão prioritárias tanto no campo do desenvolvimento econômico como social será viabilizada pela criação de dezessete fóruns em áreas definidas por proximidade geográfica e perfil socioeconômico.

A proposta é que, em 2015, por meio de reuniões periódicas, esses fóruns contribuam para a elaboração de distintos planos de ação e do orçamento para o próximo ano. A proposta do governo é que, já em 2016, os fóruns constituam o seu principal canal de diálogo com a sociedade civil.

A “Operação Acrônimo” e as contas de campanha de Fernando Pimentel

Uma operação da Polícia Federal, intitulada “Acrônimo”, agitou o cenário político mineiro, quando, a pedido da Procuradoria da República no Distrito Federal, cumpriu-se, no dia 29 de maio, uma ordem judicial de busca e apreensão na residência do governador Fernando Pimentel em Brasília. Conforme divulgado amplamente pela imprensa, consta que o apartamento pertence a Carolina de Oliveira Pereira, esposa do governador mineiro. No entanto, ambos residiam no imóvel na época em que Pimentel foi ministro de estado, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Carolina de Oliveira Pereira publicou na Internet os documentos apresentados à Polícia Federal para se defender das acusações. Ela considera que o pedido de busca e apreensão foi embasado em um erro material. Segundo ela, a decisão teve como base apenas uma

alegação do Ministério Público Federal (MPF) de que a OLI – Comunicação e Imagem Ltda., de propriedade de Carolina Pimentel, seria uma empresa fictícia. Para o Ministério Público, no mesmo endereço da OLI, constava a existência de uma outra empresa fictícia, propriedade de Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, conhecido como Bené. Havia a suspeita de que a OLI funcionasse como fachada, ocultando os negócios de Bené.

Bené vem sendo acusado, desde 2007, por supostas irregularidades em contratos entre empresas dele e o governo federal. Em outubro do ano passado, ele foi preso juntamente com outras pessoas, no aeroporto de Brasília, com R\$ 113 mil em dinheiro. Entre os detidos, estava um dos responsáveis pela campanha eleitoral de Fernando Pimentel. No mês passado, Bené voltou a ser preso por

suspeita de desviar dinheiro público para campanhas petistas.

De acordo com a defesa de Carolina Oliveira, a OLI encerrou suas atividades em 2014. Nunca teria dividido endereço com qualquer outra empresa. Depois de a OLI haver entregue o imóvel em que antes tinha sua sede, a empresa PPI teria alugado o mesmo imóvel, mas jamais teria havido qualquer ligação entre ambas. Carolina afirma ainda que sua empresa jamais teve contrato com governos, partidos políticos ou com as empresas que são objeto da Operação Acrônimo.

Entre os analistas, vêm sendo destacadas algumas questões que até o momento não teriam sido respondidas. Questiona-se, por exemplo, por que o Ministério Público Federal teria solicitado uma medida invasiva como a ordem de busca e apreensão, quando uma investigação mais apurada poderia ter esclarecido o equívoco. Se houve, eventualmente, erro do Ministério Público, pergunta-se se alguma providência será tomada pela Justiça para reparar o dano feito à imagem da empresária investigada.

Por fim, paira a suspeita de que o alvo da operação não seria Carolina, mas que haveria a intenção não declarada de encontrar algo para incriminar o governador. Apenas um Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderia autorizar uma investigação contra um governador de estado. Portanto, a busca na casa da esposa dele teria sido uma maneira indireta de investigá-lo sem ordem da competente esfera judicial.

Alguns justificam a relevância dessas questões dizendo que Pimentel seria uma liderança nova que desponta, dentro do PT, no cenário político nacional e que poderia vir a ser até mesmo um potencial candidato à Presidência da República no futuro.

Por razões diversas, até mesmo alguns dentre os opositoristas concordam com a pertinência da constatação de que Pimentel seria o verdadeiro alvo da investigação. Para

estes, o fato de que Bené apareça entre os doadores da campanha petista seria uma proximidade perigosa.

Na verdade, vêm sendo divulgado que Bené beneficiou 21 partidos em campanhas eleitorais dos últimos dez anos, entre eles o atual governador do Distrito Federal, que é filiado ao PSB. O terceiro dentre os que receberam mais dinheiro das empresas de Bené é o PSDB.

O próprio Pimentel, porém, no seu pronunciamento oficial sobre o caso, evitou fazer esse tipo de ilação. Ele descartou a existência de má fé ou de uma tentativa deliberada de atingi-lo. Disse que os fatos divulgados teriam sido baseados em um erro e que a correção seria publicada, por meio dos documentos que comprovariam, segundo ele, a inexistência de qualquer irregularidade na empresa de sua esposa.

Talvez pelo fato de o PT não ser o único partido a ter recebido doações provenientes das empresas de Bené, a resposta da oposição à suspeita lançada sobre o governador pode ser considerada tímida. Limitou-se à divulgação de uma nota em que considera graves os fatos e relembra que as contas eleitorais de Fernando Pimentel foram reprovadas e que seu partido foi condenado pela Justiça Eleitoral ao pagamento de uma multa de R\$ 51 milhões. Reforçam a suspeita de que teria havido caixa dois na campanha e afirmam que apresentarão notícia crime à Procuradoria Regional Eleitoral para que se instaure inquérito.

Há notícias de que o bloco de oposição tenta criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o caso. No entanto, contando com 22 deputados, seria necessário conseguir o apoio de pelo menos mais três parlamentares para chegar ao número de assinaturas requerido para criar uma CPI. Deputados governistas afirmaram que, se a oposição fizer esse movimento, eles podem trazer a público denúncias de irregularidades,

supostamente ocorridas no período em que o PSDB e seus aliados estiveram no governo.

Até o momento, nem o governador nem seu partido são alvos diretos da investigação conduzida na Operação Acrônimo, da Polícia Federal. Contudo, existe uma apreensão geral entre os partidos, diante da possibilidade do aparecimento de irregularidades que os envolvam. Como o principal receptor de doações vindas do empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto é o Partido dos Trabalhadores, do atual governador, essa operação

tem sido acompanhada com muita atenção, em especial pela mídia mineira.

Finalmente, em meados de junho, a Polícia Federal solicitou ao Superior Tribunal de Justiça a abertura de um inquérito sobre o governador Fernando Pimentel por um suposto crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores. No STJ, o caso corre sob sigilo e será analisado pelo ministro Herman Benjamin, o qual deverá pedir ao Ministério Público Federal que se manifeste sobre as acusações contra o governador.

A correlação de forças na base aliada do governo

Entre as disputas que se instalaram na Assembleia Legislativa no mês de maio, destaca-se a polêmica em torno do veto do governador à criação da Secretaria de Recursos Humanos que ele mesmo havia proposto. Essa decisão visa readequar a reforma administrativa à exigência feita pela oposição de que a Ouvidoria Geral mantivesse o status de secretaria de estado. A alternativa encontrada pelo governo foi desistir de desmembrar o departamento de recursos humanos, mantendo-o, inalterado, na Secretaria de Planejamento e Gestão.

Por uma questão regimental da Assembleia Legislativa, a apreciação do veto do governador se torna prioritária, ou seja, outras discussões só poderiam ser retomadas depois dessa votação. No entanto, a oposição conseguiu obstruir os trabalhos, servindo-se das regras do próprio regimento. Para isso, esse bloco composto por apenas 22 deputados aliou-se à bancada dita “independente”, mas que oscila entre o governo e a oposição, segundo interesses particulares e imediatos.

Os opositores apresentaram um requerimento pedindo que fossem anulados os atos legislativos referentes ao veto do governador. Alegava-se que o Executivo não havia publicado no Diário Oficial as justificativas do veto. Também atos de nomeação feitos pelo

governador estavam sendo contestados. Depois de intensa polêmica, um exemplar da publicação em edição extraordinária do Diário Oficial no qual as informações requeridas foram publicadas teria sido entregue à mesa diretora pela liderança do governo.

Na verdade, a obstrução, feita pelo bloco de oposição mais os independentes, é uma espécie de greve. Para garantir a votação do orçamento e da reforma administrativa, o governo havia negociado o pagamento das emendas parlamentares, por meio das quais os deputados destinam obras e recursos para as regiões onde residem seus eleitores. Já havia decorrido mais da metade do mês de maio sem que o governo cumprisse sua parte no acordo. A negociação havia sido mediada pelo presidente da Assembleia, Adalclever Lopes (PMDB). Embora seja um aliado do governo, este último não quis se indispor com seus pares e facilitou a resistência da minoria opositora não colocando o veto na pauta de votação.

Enfim, o veto do governador à criação da Secretaria de Recursos Humanos foi aprovado por larga maioria dos votos. Isso ocorreu, no entanto, apenas depois que as emendas parlamentares relativas a 2014, pendentes da gestão anterior, começaram a ser pagas, no final de maio, com a liberação de R\$ 33 mi-

lhões. Mais dois lotes estão previstos para os próximos meses, totalizando cerca de R\$ 100 milhões. As emendas referentes a 2015 serão feitas a partir de outubro. Os valores e prazos para pagamento serão discutidos no segundo semestre.

A cada vez que ocorre algum atraso no pagamento ou que o governo fala em não liberar os recursos a elas correspondentes renasce na Assembleia a discussão do orçamento impositivo. Trata-se de um projeto que obrigaria o Poder Executivo a destinar verbas para essas obras indicadas pelos deputados.

Esse tema, já discutido em outra edição de *Contextus*, é polêmico. Raros são os parlamentares que se opõem a esse “direito” que lhes é facultado por lei. Mais raros ainda são aqueles que, discordando, deixam de fazer uso dessas emendas. Argumenta-se, em favor do orçamento impositivo, que a discricionariedade, isto é, a possibilidade de o Poder Executivo decidir se vai ou não liberar o dinheiro, é uma interveniência desse poder sobre o Legislativo.

Há, porém, quem conteste a legitimidade ética e a coerência jurídica da lei que permite a cada deputado propor emendas individuais que destinem recursos no orçamento estadual para obras que beneficiem suas bases eleitorais. Aqueles que se opõem a esse modelo afirmam que o deputado se converte em uma espécie de “despachante de luxo”, funcionando como um intermediário do investimento de uma verba pública resultante dos impostos recolhidos por todos os cidadãos. Tratar-se-ia, então, de um balcão de negócios amparado pela lei, mas antiético. O deputado estaria privilegiando um grupo ou uma causa social em relação a outros tantos. Dentre todos os problemas a cuja solução tal verba pública poderia ser destinada, um projeto é atendido e a justificativa para isso é os beneficiados terem apoiado, nas eleições, o deputado autor da emenda. O interesse do parlamentar é garantir que esses seus eleito-

res continuem a elegê-lo nas próximas votações.

Essa visão que confunde política com favorecimento de um grupo privilegiado em relação a outros não afeta exclusivamente os deputados. Também parte dos eleitores possui uma compreensão dúbia do que vêm a ser os papéis do Legislativo. Existe uma crença comum entre os políticos, segundo a qual não consegue se reeleger o deputado que não leva benefícios públicos a suas bases. Do ponto de vista do parlamentar, seria então uma questão de sobrevivência política junto a um eleitorado de hábitos clientelistas.

Desde o final do ano passado pelo menos, o desejo de aprovar o orçamento impositivo tem sido discutido mais intensamente na Assembleia. Naquele período, a razão era a falta de pagamento das emendas pelo Governador Alberto Pinto Coelho Júnior (PP), sucessor e aliado do PSDB. Em 2015, a reclamação foi a mesma em relação a Fernando Pimentel (PT), que, no juízo dos deputados, estava demorando a cumprir o compromisso negociado com eles.

Já tramita na Assembleia um projeto com esse teor, proposto por um deputado do PSB e que conta com apoio de vários partidos. Não é de se descartar a possibilidade de que, havendo algum tensionamento na relação com o Executivo, os deputados apressem a aprovação dessa lei. Eles, na verdade, já se encontram respaldados por medida idêntica aprovada pela Câmara Federal, no mês de fevereiro.

A tese do orçamento impositivo parece ser apenas um sintoma nas relações do Legislativo com o Executivo, que oscilam facilmente entre o compadrio e a animosidade. Um exemplo de como tal convivência ocorre é a relação que o PMDB exerce com o PT na divisão do poder. Essa aliança se repete no plano federal como aqui no estado. No seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) vem sendo posta sob a pressão exercida pelo partido que deveria ser seu principal

aliado, já que o PMDB detém a vice-presidência da República. No entanto, Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara dos Deputados, e Renan Calheiros (PMDB), que preside o Senado, têm sido acusados de se comportarem como opositores, aos quais a todo momento o Poder Executivo tem que fazer concessões.

Por enquanto, as relações entre PT e PMDB não chegaram a semelhante tensão em Minas, mas já dão sinais de desgaste. Este último recebeu seis secretarias de estado no início do governo. Acabou perdendo uma na reforma administrativa. Os deputados do PMDB têm muitas demandas relacionadas aos convênios com prefeituras. Ainda em maio, estava em foco a disputa por cargos de segundo e terceiro escalões. Frente às dificuldades políticas e orçamentárias do governo para atender as exigências, os parlamentares começaram a ter conflitos com o secretário de governo, o petista Odair Cunha, responsável pela articulação política.

Em Brasília, como solução para um problema parecido, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), acabou por assumir essa tarefa de negociar com a base aliada, trazendo vantagens para o seu próprio partido. Parece haver a intenção de delegar a mesma função aqui para o vice-governador Antônio Andrade (PMDB). Ainda que, neste momento, pareça remota a possibilidade de êxito nessa mudança, esse movimento produz tensão entre os dois principais aliados da coligação que elegeu Fernando Pimentel (PT).

A relação do governo com os deputados na Assembleia foi marcada por muitas negociações neste início de mandato, pois havia importantes objetivos a serem alcançados. Inicialmente, era preciso constituir o bloco de apoio, neutralizando tanto quanto possível a oposição. Formaram-se três blocos, caracterizados como governistas, independentes e oposição. O primeiro com 33 deputados, o segundo com 23 e os restantes 22 na oposi-

ção. Os acordos feitos nessa fase de formação de blocos conduziram à aprovação do orçamento e da reforma administrativa entre março e abril.

No entanto, ainda não está clara a consistência do apoio oferecido pelos dois blocos. Dadas as disputas descritas acima, nem mesmo a base aliada aparece firmemente identificada com o governo. No que diz respeito aos independentes, embora tenham aprovado as propostas governistas até agora, eles eram, em sua maioria, da base do governo anterior e tendem a pender para o lado que oferecer maior conveniência. Em outras palavras, vão apoiar o governo se e enquanto este oferecer contrapartidas.

Independentemente do lado em que se encontra na correlação de forças no Parlamento, os blocos sofrem baixas ocasionais. Exemplo disso é que também o bloco de oposição, que já é um grupo reduzido, tem se ressentido das dissidências ocasionais. Pelo menos três dos parlamentares que se identificam como opositores têm votado reiteradamente a favor de questões de interesse do governo.

Além disso, analistas políticos têm apontado uma falta de convergência que existiria entre o líder do governo na Assembleia, o deputado Durval Ângelo (PT), e o secretário de governo, Odair Cunha (PT) que faz a articulação política. Essa tensão entre os dois acabaria por fortalecer o PMDB que detém a presidência do Legislativo. O deputado Adalclever Lopes, presidente da Casa, estaria assumindo a função de sanar os impasses que surgiram entre os dois primeiros.

Um outro fato importante para se entender o clima que existe entre os aliados do governo foi a eleição do presidente da Associação dos Municípios Mineiros (AMM), ocorrida em Belo Horizonte, no final de março. Em uma disputa acirrada, o prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio (PMDB), derrotou o prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado (PT). Com a decisão de concorrer com uma chapa

exclusiva, os petistas deixaram o PMDB livre para procurar outros aliados, inclusive o PSDB. Vale lembrar que os petistas já haviam perdido para o PMDB a presidência da Associação de Prefeitos da Grande Belo Horizonte (Granbel) em fevereiro.

Embora sejam disputas menores, é possível que a ocupação desse espaço de poder tenha implicações sobre a sucessão municipal em 2016. Quem detém essas Associações – com recursos e alguma estrutura – amplia sua possibilidade de conquistar novos aliados. Seja como for, parece que o PMDB está conquistando um espaço maior do que aquele alcançado pelo PT.

Dias depois de Antônio Júlio se eleger na AMM, a Justiça concedia a Pará de Minas, município em que ele é prefeito, a vitória em uma causa que retira a Copasa como presta-

dora do serviço de abastecimento de água na cidade. O prefeito a substituiu por uma empresa do Rio de Janeiro. A julgar por declarações feitas na imprensa da Capital, o governo entende que esse fato é um efeito da crise hídrica e de questões ambientais e seria consequência de decisões tomadas no governo anterior. Insinuou-se inclusive que o governo teria incentivado a judicialização da questão, como forma de se reposicionar nas negociações com a própria Copasa. Não se pode descartar, porém, que esta se torne mais uma situação de disputa entre o PMDB e o governo petista. Tem sido dito que outros 56 municípios estariam em vias de seguir esse exemplo de privatização. É ainda difícil avaliar ao certo em que medida esse movimento pode adquirir relevância nos jogos de forças no estado.

O acordo com os professores da rede pública estadual

O Sindicato dos professores da rede estadual de ensino noticiou como um fato histórico o acordo fechado com o governo do Estado de Minas Gerais no mês de maio. Entre os itens negociados está o pagamento do piso nacional da educação, atualmente fixado em R\$ 1.917,78 para 24 horas semanais de trabalho. Para atingir esse valor, serão feitos reajustes anuais na forma de abonos incorporados ao vencimento básico até 2017. Firmou-se também o compromisso de manter o valor atualizado, acompanhando os reajustes anuais do piso nacional.

Embora ainda dependa da sanção do governador, o projeto de lei referente ao acordo foi votado em segundo turno, na Assembleia Legislativa, no mês de junho, e já tem sido considerado vigente. A votação em segundo turno deveria ocorrer em regime de urgência para garantir que o pagamento fosse feito em julho. No entanto, para que ocorresse, tal votação deveria ser precedida de uma mudança na Constituição estadual,

restituindo o pagamento de quinquênios e outras gratificações que foram extintos, ainda na gestão de Aécio Neves. Tal proposta de emenda constitucional já foi aprovada.

Várias outras conquistas foram alcançadas, com destaque para a ampliação da cobertura do acordo para todas as outras carreiras da educação e para os aposentados, no que diz respeito ao percentual do reajuste salarial a ser pago. Além disso, o governo fez o compromisso de nomear, até o fim do atual mandato, 15 mil concursados por ano, num total de 60 mil professores a mais até 2018. No entanto, dados divulgados na imprensa da Capital davam conta de que, até o início de maio, apenas três mil professores concursados haviam sido nomeados.

Declarações dadas por dirigentes do sindicato apontam que as presentes conquistas seriam apenas o início e que haveria ainda uma extensa pauta de negociações, relativas à segurança e outras condições de trabalho. Também ainda estaria em aberto a participa-

ção dos professores na rediscussão do projeto pedagógico da rede pública de ensino e na definição de políticas educacionais.

Nas declarações públicas, a direção do sindicato dos professores da rede pública tem destacado que o acordo é resultado da luta desses trabalhadores e não uma benevolência do governo. Entretanto, ressalta que as gestões anteriores teriam tido a possibilidade de valorizar a educação em seus governos, mas não teriam cumprido os acordos feitos.

Também no lado governamental a celebração desse acordo tem sido anunciada de forma entusiástica. Avalia-se que, com isso, os quatro anos do mandato de Pimentel podem transcorrer sem greves no setor educacional. No discurso do governo, o acordo tem sido celebrado como a quitação de uma dívida histórica do estado com os professores e já começa a ser utilizado como trunfo na disputa política com a oposição, em particular pelo fato de que em quatro estados governados pelo PSDB (São Paulo, Goiás, Pará e Paraná) e em Santa Catarina (cujo governador é do PSD) estão ocorrendo greves de professores, sem chegar a um acordo bem sucedido como ocorreu em Minas Gerais. Implícita e, às vezes, explicitamente, o governo mineiro tem buscado a comparação com a situação enfrentada pelos docentes no Paraná, onde, no fim de abril, o governo do PSDB reprimiu duramente o movimento grevista. Cerca de duzentas pessoas ficaram feridas em confronto entre os professores e a Polícia Militar daquele estado.

Privatização de presídios como política de segurança pública

Diversos fatos ocorridos nos últimos meses colocaram novamente na pauta política de Minas Gerais o sistema prisional. A gravidade da situação se explicitou mais intensamente depois que, no início do ano corrente, o Ministério Público do estado obteve na

Do ponto de vista da oposição, o fato de que o governo concedeu um reajuste considerado alto a ser pago em três anos já seria indicativo de que as contas do estado não estariam tão ruins quanto o governo tem alardeado. Com esse raciocínio, integrantes do PSDB têm feito uma crítica ao argumento governista segundo o qual a gestão anterior teria passado aos sucessores um déficit bilionário e que o estado de Minas Gerais estaria em severa crise financeira.

Seja como for, parece inegável que o governo terá de gerenciar rigorosamente o impacto que o reajuste aos servidores da educação terá sobre o orçamento estadual. Em tempos de receitas limitadas e em risco de retração, prioridades claras deverão ser definidas para cobrir esse aumento nas despesas. O governo estima que esse acordo terá um impacto de R\$ 13 bilhões, mas esse valor não considera os reajustes anuais do piso nacional.

Além disso, há outras negociações em curso com os demais servidores do estado, como é o caso dos servidores da defesa social e os da saúde. A proposta de plano de carreira para estes últimos foi adiada para o segundo semestre. Uma comissão bilateral será formada para tentar um acordo, a exemplo do que ocorreu com o setor da educação. Afirma-se que, aos servidores da saúde, seria dado um abono de mesmo valor que o dos professores. Tudo somado, haverá uma pressão ainda maior sobre as contas do governo.

Justiça a interdição de cinco presídios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, além do presídio regional em Montes Claros. A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que responde por essas instalações através da Subsecretaria de Administração Prisional

(SUAPI), foi proibida de receber novos presos. Além disso, na Penitenciária José Martinho Drumond, situada em Ribeirão das Neves, foi determinado que se retirassem dali 1400 detentos, número dos presos que excediam à capacidade máxima para a qual esse presídio foi construído.

Embora a superlotação seja, por si só, uma ameaça à segurança dos servidores do sistema prisional e constitua uma condição indigna para os presidiários, tal como argumenta o Ministério Público ao justificar seu pedido, essas e outras medidas tomadas criam uma série de problemas para o sistema prisional no estado de Minas Gerais. Também colocam em evidência uma dificuldade que o governo vem enfrentando para elaborar uma política de segurança pública que atenda às necessidades. Daí vêm resultando muitas críticas feitas pela imprensa e, sobretudo, pelos movimentos sociais que se dedicam à questão.

Há anos ocorre um grave déficit de vagas. Com mais de 65 mil presos e pouco além de 37 mil vagas, todos os presídios mineiros estão superlotados, quase na proporção de dois detentos para cada vaga. Ao todo, mais de trinta mil são detentos provisórios, aguardando julgamento. De acordo com dados publicados em abril, no Centro de Remanejamento de Presos da Gameleira (CERESP), havia uma média de 3,67 detentos por vaga. No local destinado a 404 presos, o espaço estava sendo dividido por 1485 homens. Segundo afirmação do secretário de defesa social, Bernardo Santana (PR), nem se as vagas existentes fossem triplicadas a carência atual seria suprida.

Considerando a tendência de crescimento do número de presidiários que vem se verificando, parece que o governo atual ainda não tem uma proposta de solução para esse problema. Os números apontados no *Mapa do encarceramento*, publicado pela Secretaria Nacional da Juventude, do governo federal, mostram que, já em 2012, Minas Gerais era a segunda unidade da federação com o maior

número de presidiários. Naquele ano, apenas o estado de São Paulo tinha mais presos do que Minas.

As políticas de prevenção à violência e de “repressão qualificada”, tais como o programa *Fica vivo*, o *Pacto pela vida* e ações para combate ao crime organizado parecem ter contribuído para um aumento tão acentuado do número de presos que o *Mapa do encarceramento* fala de um “hiperencarceramento” em Minas Gerais. O uso desse termo é justificado, no referido documento, pela constatação de que, entre 2005 e 2012, a população prisional de Minas Gerais cresceu 624%, enquanto a média nacional foi de 74%. Não há indicativos de que os números relativos à ocorrência de atos violentos no estado tenha diminuído na mesma proporção.

A medida adotada pelo governo anterior para enfrentar o problema envolveu a criação de uma parceria por meio da qual uma empresa privada passa a assumir e a explorar economicamente o presídio. Além de todas as críticas feitas a esse modelo por acadêmicos e por movimentos sociais, como discutido a seguir, deve-se constatar que as três primeiras unidades foram entregues com atraso de dois anos. O parceiro privado, responsável pela construção das demais, já está quatro anos atrasado. Quatro obras que deveriam propiciar 1100 vagas adicionais foram paralisadas em novembro passado. Outras oito unidades capazes de oferecer mais 4500 vagas sequer foram iniciadas.

Contudo, uma das questões que têm sido levantadas com relação a essa concepção de segurança pública que pretende resolver a criminalidade por meio da expansão do sistema prisional é que, em primeiro lugar, seria impossível ampliar a infraestrutura na mesma proporção em que as prisões têm se dado. Considerados apenas os primeiros dias do ano corrente, houve uma média de 53 detentos a mais por dia, o que representa 1885 pessoas a mais no sistema estadual. Outra questão é o custo representado pela constru-

ção de um novo presídio. Por exemplo, a instalação de uma nova penitenciária, em Pará de Minas, que terá a capacidade de receber 407 encarcerados, tem um custo estimado de R\$ 16 milhões.

Avalia-se também, nesse contexto, a eficiência do Poder Judiciário. Apenas no estado de Minas Gerais, foram feitas mais de cem mil prisões durante o ano de 2014. Cerca de noventa por cento delas, ocorreram em caráter provisório. Afirma-se que apenas 5% desse total seriam decorrentes de condenação judicial. Diante disso, os que criticam o sistema atual argumentam que, se a Justiça fosse mais eficiente, parte desses presos provisórios poderiam já estar em liberdade ou ter sido encaminhados ao cumprimento de penas alternativas.

Além disso, as políticas públicas de segurança lidam com o desejo de agradar os eleitores e a mídia que, pautados pelo senso comum, pedem o aumento do número de prisões. No entanto, resta o problema do alto custo que isso representa e a impossibilidade financeira do estado para arcar com esse investimento. Há também uma concepção – que muitos estudiosos vêm considerando equivocada e perigosa – de segurança pública que aproxima e, às vezes, faz coincidir justiça e punição. Ao invés de ser um meio para reintegração do detento à vida social, a prisão passa a ser entendida como uma espécie de vingança da sociedade contra o cidadão delinquente.

Todas essas críticas já eram feitas à condução das políticas de segurança pública e prisional no estado nos últimos anos, tanto nas universidades como nos movimentos sociais. No entanto, além disso, o governo do PSDB em Minas Gerais criou, pela primeira vez no país, uma espécie de parceria público-privada (PPP) que consiste na privatização do sistema prisional. A experiência foi realizada no presídio situado em Ribeirão das Neves. Embora existam casos semelhantes, em todos os outros ocorre a terceirização de servi-

ços, enquanto, em Ribeirão das Neves, todo o serviço prisional passa a ser controlado por uma empresa privada.

Inaugurado em janeiro de 2013, a prisão-modelo se concretizou sob o governo de Antônio Anastasia (PSDB). O contrato que deu origem à obra, no entanto, é de 2009, quando Aécio Neves (PSDB) era o governador de Minas. Adotou-se como *slogan* a proposta de um modelo prisional mais eficiente e com menor custo.

Desde aquela época, muitas críticas eram feitas a essa forma de política prisional. Alguns afirmam que esse tipo de medida é inconstitucional, porque não seria permitido ao Estado delegar o monopólio que ele detém sobre o uso da violência. Em outras palavras, apenas o Estado poderia ter o poder punitivo, sem dividi-lo com nenhum outro ente.

Outra questão que costuma ser posta diz respeito à diferença entre aquilo que pode ser considerado critério de eficiência, supondo que há uma diferença entre ser eficiente no setor público e no setor privado. Por exemplo, em se considerando uma perspectiva de reinserção social do presidiário, eficiente seria o sistema que conseguisse o maior número de egressos das prisões reinseridos na sociedade e como cidadãos. Do ponto de vista empresarial, esse resultado parece ser avaliado pela oferta e/ou ocupação de vagas em prisão.

De fato, uma das críticas feitas à parceria que gerencia a penitenciária em Ribeirão das Neves, é que, para ser lucrativa, o estado deve garantir que um mínimo de 90% das vagas estejam permanentemente ocupadas. Mesmo desse ponto de vista, tem sido publicado que o custo para o estado, por preso, a cada mês, nessa experiência seria de R\$ 2700, enquanto nas penitenciárias públicas esse valor seria igual ou inferior a R\$ 1700.

Os números acima tornam problemática até mesmo a presunção de maior eficiência que, segundo os defensores da proposta, existiria no presídio privatizado. A Pastoral

Carcerária critica a aplicação da lógica empresarial ao serviço público prisional, porque ela seria pautada apenas pela redução dos custos proporcionais a cada preso. Segundo alguns especialistas, nos Estados Unidos, onde se encontra o maior número de experiências desse tipo, o resultado da lógica do empreendimento econômico aplicada aos presídios é que as prisões gerenciadas por empresas acabaram se tornando piores do que aquelas administradas pelo poder público. Os críticos entendem que, no caso americano, o objetivo de reduzir custos foi se tornando incompatível com a finalidade humanizadora que os presídios deveriam ter.

O lucro das empresas participantes do consórcio que gerencia o complexo prisional vem do pagamento feito pelo estado proporcional ao número de detentos ali mantidos. No entanto, de acordo com a proposta de converter prisões em oportunidade de negócio, outras empresas se instalam no presídio e podem usar a mão de obra dos presidiários, num regime diferenciado frente ao que é estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o restante dos trabalhadores do país. Paga-se menos do que o salário mínimo por mês e parte desse valor ainda é destinado a custear as despesas do detento no presídio. Estima-se que o custo dessa mão de obra seja 54% mais baixo para a contratante.

Tem-se questionado ainda se, nessa lógica em que quanto maior o número de presos maior a lucratividade, o estado terá poder para fiscalizar efetivamente e com transparência o desempenho dessas empresas pe-

nais. Outro aspecto é que, nesse modelo, o estado ficaria obrigado a garantir, em primeiro lugar, o retorno do investimento feito pela iniciativa privada e isso pode se tornar, em algum momento, conflitante com sua obrigação de privilegiar a reinserção social do detento.

Por fim, constata-se que vários países têm repensado essa política de restrição de liberdade como forma de lidar com a violência. Entre as razões para isso estão os altos índices de reincidência dos egressos, a dificuldade de gestão, os altos custos. Estados Unidos e Brasil estão os principais países a defenderem o modelo privatista. Dados demonstram que essa política prisional implicou apenas uma explosão da população de presos, sem que se constatem outros ganhos.

Em Minas Gerais, todas essas questões poderiam estar, agora, reduzidas a uma experiência pontual de um governo. No entanto, no mês de abril, a Secretaria de Defesa Social anunciou medidas que trouxeram de volta à pauta o debate sobre as parcerias público-privadas no campo prisional. Além de reformar e ampliar unidades prisionais em todo o estado, o Governo Pimentel informou que o sistema das parcerias com o setor privado será retomado. Outras seis unidades serão construídas, sendo duas delas na região metropolitana da capital.

Em maio, o governador Fernando Pimentel publicou um decreto pelo qual cria uma força-tarefa responsável por diagnosticar e sugerir alterações no sistema prisional. Esse grupo terá até agosto para apresentar suas propostas.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS P

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves